

## Parecer do Conselho Fiscal

Em obediência às disposições legais e estatutárias e pelo mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal do Centro Social de Casal de Ermio, emitir o parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativos ao exercício do ano de 2018.

Verificámos ainda que os elementos da contabilidade traduzem a situação do Centro Social de Casal de Ermio e que o Balanço e a Demonstração de Resultados e demais elementos anexos cumprem com as disposições legais em vigor.

Após análise detalhada das contas referentes ao ano de dois mil e dezoito, foi deliberado por unanimidade aprovar as mesmas que apresentam os seguintes valores totais:

- Rendimentos – 148.190,90 €
- Gastos ----- 145.525,68 €
- Resultado Líquido (positivo) – 2.665,22 €

Deste modo, somos de parecer que a Assembleia Geral do Centro Social de Casal de Ermio, aprove:

**Ponto um:** o relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018.

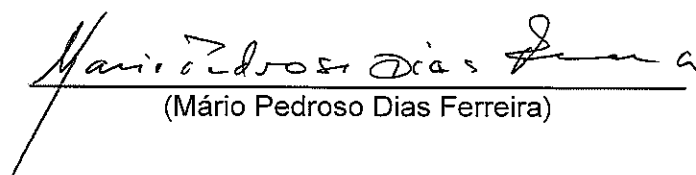
**Ponto Dois:** A proposta da direção para que o resultado apurado no valor de 2.665,22 € seja transferido para conta de resultados transitados.

**Ponto três:** Um voto de louvor a todos os serviços do Centro Social de Casal de Ermio e à Direção.

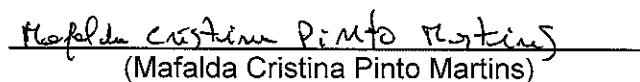
Casal de Ermio, 28 de março de 2019

### O Conselho Fiscal:

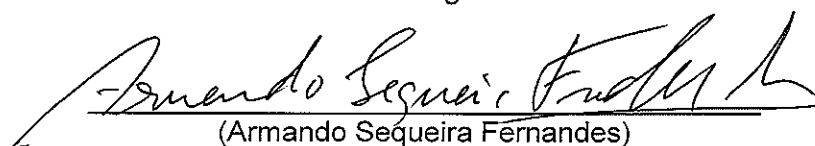
Presidente

  
(Mário Pedroso Dias Ferreira)

1.ª Vogal

  
(Mafalda Cristina Pinto Martins)

2.ª Vogal

  
(Armando Sequeira Fernandes)

## Ata conselho fiscal

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezanove pelas 19 horas, reuniu o conselho fiscal da Centro Social de Casal de Ermio, composto por, Mário Pedroso Dias Ferreira na qualidade de Presidente do conselho fiscal; Mafalda Cristina Pinto Martins na qualidade de 1.ª Vogal e Armando Sequeira Fernandes na qualidade de 2.º Vogal,

Com a seguinte ordem de trabalhos:

- Análise do plano de atividades e das contas referentes ao exercício económico de dois mil e dezoito e emissão de parecer pelo conselho fiscal

Após a análise detalhada das contas e do plano de atividades referentes ao ano de dois mil e dezoito apresentadas pela direção, foi deliberado por unanimidade aprovar o plano de atividades e as contas do ano do exercício de 2018 que apresentam os seguintes valores globais:

o Rendimentos	148.190,90 €
o Gastos	145.525,68 €
o Resultado Líquido (positivo)	2.665,22 €

As Demonstrações financeiras referentes aos valores dos activos, fundos patrimoniais e passivos, conferem com os elementos apresentados.

O conselho fiscal no cumprimento dos seus estatutos deliberou por unanimidade a emissão do Parecer que se anexa á presente ata.

E nada mais havendo a deliberar, deu-se por encerrada a reunião e dela lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos presentes:

O Presidente: Mário Pedroso Dias Ferreira

1.ª Vogal: Mafalda Cristina Pinto Martins

2.ª Vogal: Armando Sequeira Fernandes

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2018

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	22	32.798,82	
Subsídios à exploração		106.703,93	
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28.995,87	
Fornecimentos e serviços externos	27	-18.174,68	
Gastos com o pessoal	28	-96.325,08	
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14		
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	29,32	19.668,24	
Outros gastos	30	-2.889,81	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12.785,55</b>	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-10.111,83	
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.673,72</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	26		
Juros e gastos similares suportados	26	-8,50	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.665,22</b>	
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2.665,22</b>	

## BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2018

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	9,13	129.210,47	
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis	8		
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		219,79	
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber	24		
Ativos por Impostos diferidos			
		<b>129.430,26</b>	
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	20		
Ativos biológicos	25		
Clientes	23	5.321,30	
Estado e outros entes públicos		695,19	
Capital subscrito e não realizado		3.870,00	
Outros créditos a receber		2.021,01	
Diferimentos		976,43	
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda		21.272,35	
Caixa e depósitos bancários	5		
		<b>34.156,28</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>163.586,54</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital Subscrito		154.445,75	
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		-44.127,82	
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		30.115,25	
Resultado líquido do período		2.665,22	
<b>Total do capital próprio</b>		<b>143.098,40</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	11,12		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	4.277,80	
Adiantamentos de clientes		2.718,07	
Estado e outros entes públicos			
Financiamentos Obtidos	11,12		
Outras dívidas a pagar		11.365,29	
Diferimentos		2.126,98	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>20.488,14</b>	
<b>Total do passivo</b>		<b>20.488,14</b>	
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>163.586,54</b>	

# ANEXO

## 2018

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação	Centro Social Casal Ermio
Morada	Casal de Ermio
Código postal	3200-010
Localidade	Lousã

### DADOS DA ENTIDADE

Número de identificação fiscal (NIF)	504672410
Classificação de atividade económica (CAE)	94991
Conservatória	
Capital social	

O Órgão Diretivo

*Franco José da Silva Hermo*

O Contabilista Certificado



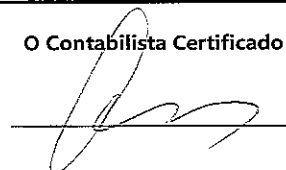
## ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	10
5)	Nota 5 - Clientes.....	10
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	11
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	11
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	11
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	12
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis.....	12
11)	Nota 11 - Associados e Membros.....	13
12)	Nota 12 - Resultados transitados.....	13
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	14
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	15
15)	Nota 15 - Provisões.....	15
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas.....	15
17)	Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados.....	16
18)	Nota 18 - Outros Rendimentos.....	16
19)	Nota 19 - Resultados financeiros.....	16
20)	Nota 20 - Eventos subsequentes.....	16
21)	Nota 21 - Entidades relacionadas.....	16
22)	Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais.....	16

O Órgão Diretivo

*Fernando José de Silva Adams*

O Contabilista Certificado



**Centro Social Casal Ermio****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

**1) Nota 1 - Identificação da entidade**

O Centro Social Casal Ermio, tem a sua sede em Lousã, com o número de identificação fiscal (NIF) 504672410, com o CAE n.º 94991. A IPSS tem como atividade principal a Actividade de Apoio Social Para Idosos sem Alojamento.

**2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da IPSS, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A IPSS regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

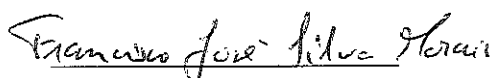
e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

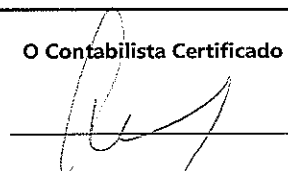
f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

### 3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Centro Social Casal Ermio são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

#### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

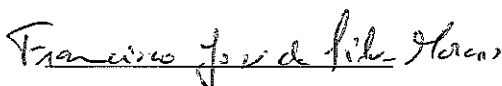
As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

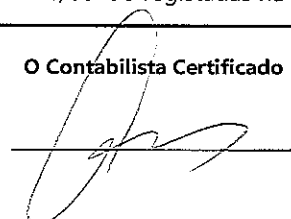
Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado





dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

### 3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a IPSS, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a IPSS demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a IPSS. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

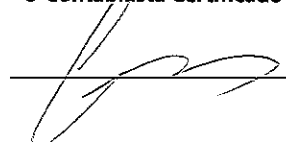
As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O Órgão Diretivo

*Francisco José de Lila Tracin*

O Contabilista Certificado



### 3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da IPSS, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a IPSS tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da IPSS nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

IPSS encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da IPSS dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A IPSS procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da IPSS, periodicamente revisto e atualizado.

### 3.7. Inventários

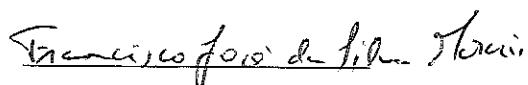
As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a IPSS espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

### 3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

### 3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

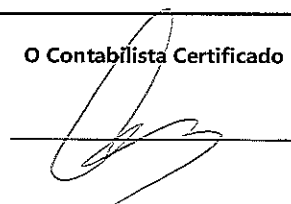
Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O Órgão Diretivo

*Francisco José de Silva Soares*

O Contabilista Certificado



Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

### 3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.13. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.14. Provisões

A IPSS analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.16. Financiamentos bancários

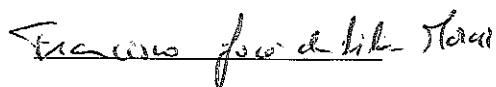
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a IPSS tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.


### 3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da IPSS. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A IPSS reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a IPSS obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A IPSS baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A IPSS reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

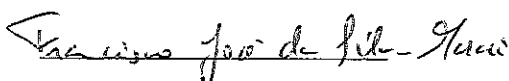
### 3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a IPSS cumpre com todas as condições para o receber.

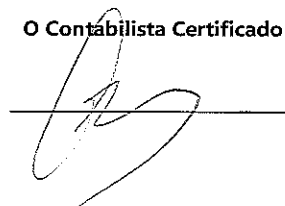
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

## 4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

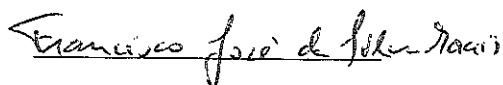
MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	359	-
Depósitos à ordem	20.914	-
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>21.272</b>	-

## 5) Nota 5 - Clientes

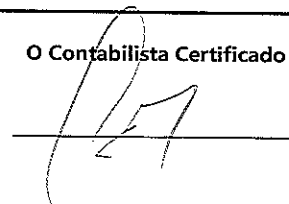
O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-dez-18	31-dez-17
Clientes c/c	2.780	-
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.780</b>	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 6) Nota 6 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-18	31-dez-17
Fornecedores conta corrente	4.278	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.278</b>	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-

## 7) Nota 7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

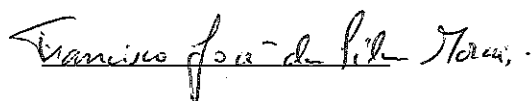
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Loações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-

## 8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-18	31-dez-17
<b>Ativo</b>	<b>695</b>	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	695	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(2.718)</b>	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(552)	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(2.166)	-
Outros impostos e taxas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(2.023)</b>	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é descrito na seguinte tabela:

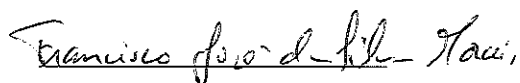
INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31-dez-18	31-dez-17
Inventário inicial	1.051	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	27.945	-
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(28.996)	-
Inventário final	-	-

## 10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2018.

	1-jan-18	Período	Transf.	Revaloriz.	31-dez-18
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	46.304	-	-	-	46.304
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	46.304	-	-	-	46.304
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	46.304	-	-	-	46.304

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado





**11) Nota 11 – Associados e Membros**

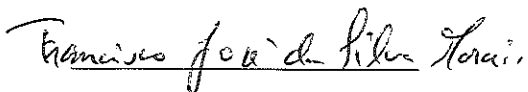
A decomposição de 2018 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS	31-dez-18	31-dez-17
Fundadores	3.870	-
Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Associados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Associados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Associados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
<b>Total:</b>	<b>3.870</b>	<b>-</b>

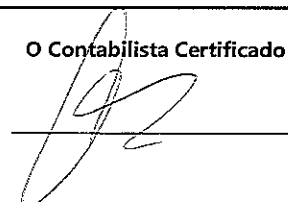
**12) Nota 12 - Resultados transitados**

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

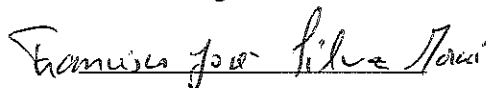


## 13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-18	31-dez-17
Subcontratos	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>7.809</b>	-
Trabalhos especializados	5.041	-
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	90	-
Honorários	281	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	2.397	-
Outros	-	-
<b>Materiais</b>	<b>2.227</b>	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	389	-
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	275	-
Artigos para oferta	-	-
Outros	1.564	-
<b>Energia e fluidos</b>	<b>4.124</b>	-
Eletricidade	-	-
Combustíveis	4.124	-
Água	-	-
Outros	-	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	-	-
Deslocações e estadas	-	-
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>4.014</b>	-
Rendas e alugueres	730	-
Comunicação	1.101	-
Seguros	982	-
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	30	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	988	-
Outros serviços	183	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.175</b>	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



## 14) Nota 14 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

GASTOS COM O PESSOAL	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	78.849	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	15.873	-
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	909	-
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	694	-
<b>TOTAL</b>	<b>96.325</b>	-

## 15) Nota 15 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está evidenciado na seguinte tabela:

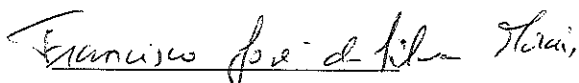
PROVISÕES	31-dez-18	31-dez-17
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

## 16) Nota 16 - Outros gastos e perdas

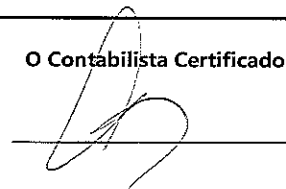
A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-18	31-dez-17
Impostos	0	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	2.805	-
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	84	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.890</b>	-

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



**17) Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados**

A decomposição de 2018 e 2017 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31-dez-18	31-dez-17
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	32.799	-
<b>TOTAL</b>	<b>32.799</b>	<b>-</b>

**18) Nota 18 - Outros Rendimentos**

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31-dez-18	31-dez-17
Quotas de Associados	-	-
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	19.668	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.668</b>	<b>-</b>

**19) Nota 19 - Resultados financeiros**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2018 e 2017:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-18	31-dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	9	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	9	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>

**20) Nota 20 - Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**21) Nota 21 – Entidades relacionadas**

A entidade não participa em qualquer entidade.

**22) Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais**

O Órgão Diretivo

*Francisco José da Silva Soares*

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

A Direção informa que a IPSS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O Órgão Diretivo

*Francisco José de Almeida Gomes*

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*